

A GOVERNAMENTALIDADE FOUCAULTIANA COMO PROPOSTA ANALÍTICA PARA AS REDES INTERORGANIZACIONAIS DE COOPERAÇÃO

CRISTIANO FROTA DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

cristianofrota_@hotmail.com

ANA CRISTINA BATISTA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

anabatistauece@gmail.com

A GOVERNAMENTALIDADE FOUCAULTIANA COMO PROPOSTA ANALÍTICA PARA AS REDES INTERORGANIZACIONAIS DE COOPERAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Dentre as diversas tipologias organizacionais encontradas na pesquisa em administração, estão as redes entre empresas que, segundo Boltanski e Chiapello (2009) e Balestrin e Verschoore (2008), caracterizam as práticas organizacionais contemporâneas que se dão sob uma hipercompetitividade e intenso avanço tecnológico.

Na esteira dos diversos estudos organizacionais sobre as redes interorganizacionais, inclusive aqueles que buscaram de certa forma construir o conhecimento que se denominou como governança corporativa e governança em rede, este trabalho propõe lançar, nesse espaço temático, a noção de governamentalidade, no sentido que Michel Foucault dá ao termo. A ideia surge a partir de leituras como McGovern e Mottiar (1998), Alcadipani (2002), Motta e Alcadipani (2004) e Lacerda et al. (2015), cuja intersecção de perspectiva sugere oportunidades para pesquisas voltadas a um entendimento mais aprofundado, historicizado, e para além-da-estrutura, sobre os fenômenos que rondam o trabalho de um coletivo de empresas em torno de objetivos em comum.

A noção de governamentalidade se define como sendo o desenvolvimento de uma ciência do governo e uma arte de governar em que se leva em consideração um conjunto particular de procedimentos, análises, cálculos, reflexões, táticas e instituições que permitem regular, normalizar os indivíduos, fim principal do objetivo de governo (FOUCAULT, 2008). Em termos epistemológicos, se coaduna com o momento histórico do desenvolvimento de estudos pós-estruturalistas e pós-modernistas na medida em que, conforme extenso estudo de Paula (2008) e Costa e Vergara (2012), é capaz de construir um arcabouço teórico voltado, além de um historicismo, a uma forma mais livre de enxergar e escrever sobre a estrutura. Trata-se de, epistemologicamente, tomar o sujeito tanto como agente que transforma conscientemente o espaço, como agente inconscientemente transformador, onde nem todas as suas práticas levam a resultados determinados e universalistas, e, ainda, toma o discurso dos atores das práticas laborais como fundamental na análise dos desdobramentos da realidade em que se vive. Portanto, os indivíduos, no âmbito das suas naturalidades, da liberdade do ir e vir, da construção e manutenção da verdade através do pensamento liberal, constituem a realidade como sendo ora complexa, sazonal e variável, ora determinista, normal e perene.

Uma tipologia organizacional fortemente característica do chamado capitalismo flexível é a das redes interorganizacionais, onde o nível de complexidade atinge um ponto que relativiza as antigas demarcações fronteiriças entre os agentes econômicos, no que tange aos esforços para a sobrevivência no mercado. Um tipo bastante pesquisado no Brasil, porém não esgotado, são os Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (APILs), bem como todos os outros instrumentos de gestão capazes de construí-los, como bem exemplificam as Câmaras Setoriais. Apesar dos estudos reconhecidos nacionalmente e internacionalmente através dos pesquisadores da RedeSist¹, Helena Lastres e Jorge Cassiolato e toda a equipe, que desde 1990 se fazem presentes em diversos anais científicos, há um potencial imenso no que tange às possibilidades advindas da escrita pós-estruturalista e pós-modernista para a compreensão das relações de cooperação e competição nas redes interorganizacionais.

Dessa forma, esse artigo, teórico e exploratório, preliminarmente se propõe a apresentar a analítica da governamentalidade para o estudo das redes interorganizacionais. A questão de pesquisa, embora complexa, corrobora aqui como diretriz, a partir da possibilidade de incremento de conteúdo a nível metodológico nos Estudos Organizacionais em redes entre empresas, especialmente no nível de complexidade de APILs, sendo a seguinte: Quais os

mecanismos de controle/governo que influenciam as relações nas Redes de Cooperação, na contemporaneidade?

Além desta introdução, outros três tópicos compõem o trabalho e que oportunamente exploram o amálgama de redes entre empresas e a noção de arte de governar. A parte dois aborda o tema das redes interorganizacionais e as condições de troca. A parte três apresenta um panorama dos estudos foucaultianos juntamente com uma evolução sobre a noção de governamentalidade e os termos análogos-hipotéticos advindos de sua analítica. Ao final da terceira parte, são propostas as variáveis para estudo dos mecanismos de controle/governo em redes interorganizacionais. As considerações finais integram a última parte do trabalho.

2 REDES INTERORGANIZACIONAIS E AS CONDIÇÕES DE TROCA

A partir da história narrada por Balestrin e Verschoore (2008) e Boltanski e Chiapello (2009), é possível identificar três movimentos que explicam a nova forma de organização de empresas no contexto contemporâneo. Esses movimentos foram causados por alguns traços contextuais a partir de diversos acontecimentos que datam desde o Séc. XIX. Entre esses, o fenômeno em comum descrito frequentemente foi o de crescimento da população e da competição. De forma resumida, coloca-se que, num primeiro momento, constituiu-se a empresa tradicional, em que o poder era centralizado na figura patriarcal dentro do seio familiar e que os demais serviam o patriarca com lealdade. Conforme os avanços tecnológicos e o crescimento dos interesses da população e, por assim dizer, da competição, que se deram através do tempo, surgiu a empresa burocrática e, posteriormente, a empresa voltada para a flexibilização da produção, da estrutura organizacional e dos processos gerenciais de tomada de decisão.

Nesse contexto de necessidades intensas de flexibilização da produção, tanto por motivos mercadológicos e de desenvolvimento econômico, quanto por motivos morais, surge a cooperação, de forma que as empresas em convivência pudessem negociar e acordar objetivos em comum, levando em consideração cada especialidade individual, a localidade em que estavam inseridas e a existência e as necessidades de recursos de cada participante. Para além da flexibilidade, amplos ganhos competitivos teriam as empresas que agissem em coletividade em relação às outras atuantes de forma isolada.

Na área da pesquisa em administração, pode-se destacar estudos internacionais que versam sobre algumas determinações acerca das redes, como os de Oliver (1990), Human e Provan (1997) e Ebers e Jarillo (1998).

Para Oliver (1990), seis características explicam a motivação ou entusiasmo o estabelecimento de laços interorganizacionais: necessidade, assimetria, reciprocidade, eficiência, estabilidade e legitimidade. Primeiramente, quando há um contexto de necessidade, as organizações constituem-se em coletividade por encontrarem legislação e regulamentos a serem cumpridos, como por exemplo, quando o governo, a indústria ou outros órgãos regulatórios resolvem impor certo inter-relacionamento impedindo que esse ocorra de forma voluntária. A assimetria se configura quando a rede é formada almejando o exercício do poder sobre outra empresa ou de possuir mais recursos ou recursos escassos. A reciprocidade representa um argumento diferente àquele da assimetria, onde as empresas se inter-relacionam buscando a cooperação, a colaboração e a coordenação através de objetivos e ganhos em comum em contrapartida ao poder. A eficiência ocorre quando o incentivo está ligado aos ganhos em diminuição de custos e sobre os retornos de investimentos e aumento em rendimento e não depende da necessidade de atender regulamentações ou no desejo de ter poder sobre outras organizações e recursos. A estabilidade existe principalmente pelo contexto socioeconômico instável de atendimento às demandas mercadológicas e ocorre na busca de um inter-relacionamento organizacional que diminua as incertezas através da

previsibilidade e do agir coletivo. Como último fator motivador, a legitimidade existe quando o grupo reúne-se coletivamente esperando melhorar sua reputação e imagem, através da adequação às normas, regras, crenças e outras expectativas da sociedade, como, por exemplo, quando a adaptação ocorre mediante a participação de uma empresa num grupo com outras empresas com boa reputação.

Human e Provan (1997) elencam quatro categorias de ganhos competitivos que envolvem a cooperação interorganizacional: as trocas interorganizacionais, a credibilidade, o acesso aos recursos e o desempenho financeiro. Os ganhos competitivos através das trocas interorganizacionais são os relacionados às transações de trocas diretas entre as empresas da rede, isto é, nas relações de compra e venda, no marketing e na produção coletiva de um produto e nas trocas de informações entre os mesmos. Sobre a credibilidade, os ganhos estão relacionados à visibilidade e à confiança que a empresa tem quando da participação em rede, o que a faz, em alguns casos, ter acesso a informações de outras empresas que, antes isolada, não poderia ter. A terceira categoria está no acesso a recursos que a participação em rede gera, o acesso a novos mercados, ideias de produtos e outros recursos de valor. Além disso, há a melhoria no desempenho financeiro que as empresas em conjunto podem alcançar, com os ganhos de eficiência, por exemplo, quando potencializam suas compras.

Em Ebers e Jarillo (1998) tem-se que o alcance e manutenção das vantagens competitivas advêm do aprendizado mútuo e dos ganhos em economias de escala pela atuação conjunta em pesquisa e desenvolvimento de produtos; da questão de coespecialidade, onde cada organização tem a competência para atuar em um nicho específico de mercado e, em rede, alcançarem ganhos coletivos; quando os fluxos de informação e de coordenação foram melhorados em rede; e, pelo estabelecimento de barreiras de entrada no mercado ou de estratégias em relação a competidores para proteger a rentabilidade dos investimentos dos membros da rede.

Diversos outros estudos têm tido repercussão, como os que versam sobre empoderamento social, organizacional ou comunitário (WILKINSON, 1998; BARQUERO; BARQUERO, 2007; BARRETO; PAULA, 2013), solidariedade (SUH, 2003), o dilema da coopetição (BENGTSSON; KOCK, 2000; TSAI, 2002; PENG *et al.*, 2012; RAZA-ULLAH; BENGTSSON; KOCK, 2014) e sobre confiança (INKPEN; TSANG, 2005), sendo estudos que podem servir como conhecimentos análogos às variáveis propostas por este trabalho.

Em se tratando de experiências em redes entre empresas, além das experiências exitosas clássicas, diversas outras formas surgiram a partir dos interesses das organizações participantes. Entre esses tipos, podem ser citadas: as joint ventures, *franchising*, as redes de negócios, as redes de fornecedores e cadeia de suprimentos e os clusters (GRANDORI; SODA, 1998).

A partir da década de 1990, pesquisadores da RedeSist, agências governamentais e privadas que buscavam promover o desenvolvimento socioeconômico brasileiro construíram um tipo de rede de cooperação voltada a empresas brasileiras. O resultado foi a construção de uma noção sistêmica, tendo como principal percurso a compreensão das trajetórias históricas e o papel da mudança técnica no desenvolvimento brasileiro, implicando o reconhecimento de que os processos de aprendizagem, as habilidades e as competências identificadas no momento viriam complementados e simultaneamente de diversas fontes, meios e formas de disseminação. Os APILs surgiram para facilitar a formulação de políticas públicas que desenvolvessem algumas regiões através da reunião de empresas de um mesmo ramo de negócio em torno de um objetivo em comum, contudo aproveitando sempre as desigualdades das regiões brasileiras e as oportunidades relativas das tradições das mesmas (CASSIOLATO; LASTRES; STALLIVIERI, 2008).

E, por que se destaca o APIL como tipologia para pesquisa conjugada com a

governamentalidade? Como já observado, os APILs são uma tipologia de redes complexo, pois há infindáveis nuances culturais e sociais que formam e mantêm a cooperação, através das competências e o potencial econômico da localidade e da diversidade de atores, públicos e privados. Embora os diversos trabalhos se deem nesse âmbito, é possível considerar que, um autor como Michel Foucault, que leva em consideração a histografia a respeito dos discursos e das práticas do cotidiano e a liberdade de interpretação desses discursos, por parte do leitor e observador das práticas, pode contribuir, através de sua analítica para compreensão do fenômeno da cooperação interorganizacional. Sabendo desse contexto que abarca a área de estudos relativos às tipologias de rede, poder-se-ia colocar a analítica foucaultiana como alternativa capaz de descrever sobre as técnicas de governo, estas descritas como uma arte, uma arte de governo das relações de trocas interorganizacionais.

2.1 GOVERNANÇA EM REDE

A arte de governar ou governamentalidade mencionada nesse trabalho pode ser explorada tangencialmente pelo que se denomina Governança de Rede (*Network Governance*). O ponto em comum e que mais chama atenção está quando, a exemplo do estudo de Jones, Hesterly e Borgatti (1997), esses se propõem a compreender a influência de determinados mecanismos nas tipologias de redes de empresas que se intitulam como “condições de trocas empresariais”. Por outro lado, o mesmo estudo busca determinar de forma categórica uma teoria que providencie pontos críticos que coordenem e mantenham a cooperação em empresas com ligações diádicas, triádicas, etc. Esses autores definem, então, como governança em rede, a seleção, a persistência e uma estrutura de organizações autônomas imbuídas na construção de produtos e serviços através de contratos implícitos e abertos, de forma a manter as trocas entre essas organizações, coordenando-as.

Em contraponto, presume-se que a analítica foucaultiana sobre a governamentalidade poderia potencializar a descrição holística dos fenômenos nesse sistema global e regional das redes e, para o contexto brasileiro, dos APILs e das Câmaras Setoriais. Põem-se em prova, através de uma discussão epistemológica sobre o assunto, que a maioria dos estudos sobre esses assuntos partem de uma definição de governança em rede sujeita a uma perspectiva de cunho essencialmente estruturalista, tendo como alvo principal as técnicas e, depois, os mecanismos sociais que influenciam a cooperação, como por exemplo em Jones, Hesterly e Borgatti (1997, p. 915-916):

“Nós usamos ‘estrutura’ para indicar que as trocas ao longo da rede não são aleatórias nem uniformes, mas são padronizadas, refletindo uma divisão de trabalho, e nós usamos a frase ‘firma autônoma’ de forma a salientar o potencial de cada elemento da rede de ser legitimamente independente”.

Logo, para desenvolver os estudos sobre governança em rede, tem-se, nas próximas seções, a perspectiva proposta.

3 PANORAMA DOS ESTUDOS DE MICHEL FOUCAULT

Embora os estudos com Michel Foucault e outros autores pós-estruturalistas, no Brasil datam em torno dos anos 2000, atualmente, mostra-se crescente o número de estudos com os mesmos. No cenário nacional, tem-se estudos como os de Alcadipani (2002), Alcadipani e Tonelli (2004), Pereira, Oliveira e Carrieri (2012), Costa e Vergara (2012), entre outros, e no cenário internacional, os de Burchell, Gordon e Miller (1991), Dreyfus e Rabinow (1983) e, mais atual, Dean (2010).

O conjunto de aulas que mais destaca a noção de governamentalidade é a de “Segurança, Território e População” (FOUCAULT, 2008), sendo encontrada a mesma aula de 1º de fevereiro de 1978 em dois outros livros, como em “The Foucault Effect”, de Burchell,

Gordon e Miller (1991) e em “Microfísica do Poder” do organizador Machado (2008). É naquela obra do filósofo que há uma melhor explanação do que é a noção de governamentalidade, devendo ser utilizada pelo pesquisador em sua forma clássica, original.

Uma das características interessantes em Foucault é o seu trabalho com as palavras noção, tecnologia, dispositivos, segurança, e principalmente, da perspectiva sobre poder, distinguindo seu trabalho pela competência em constituir para o leitor habilidades interpretativas que vão para além da mera descrição da estrutura de instituições das quais já se conhece, como as disciplinas, as normas, as leis, por exemplo.

A Arqueologia, um enfoque no “saber” nos estudos de Michel Foucault, remete até o final da década de 1960 e, a partir do começo da década de 1970, as análises das relações de poder ficaram denominadas sob a Genealogia, uma espécie particular de analítica de poder própria do filósofo, e, por último, no final da década de 1970 e começo dos anos 1980, os estudos relacionados à ética e à subjetivação dos indivíduos. As obras de Foucault são interessantes, pois os estudos se conjugam entre si, por exemplo, o poder se dá através do eixo do saber e da subjetivação e vice-versa (MARTINS, 2012; LACERDA *et al.*, 2015).

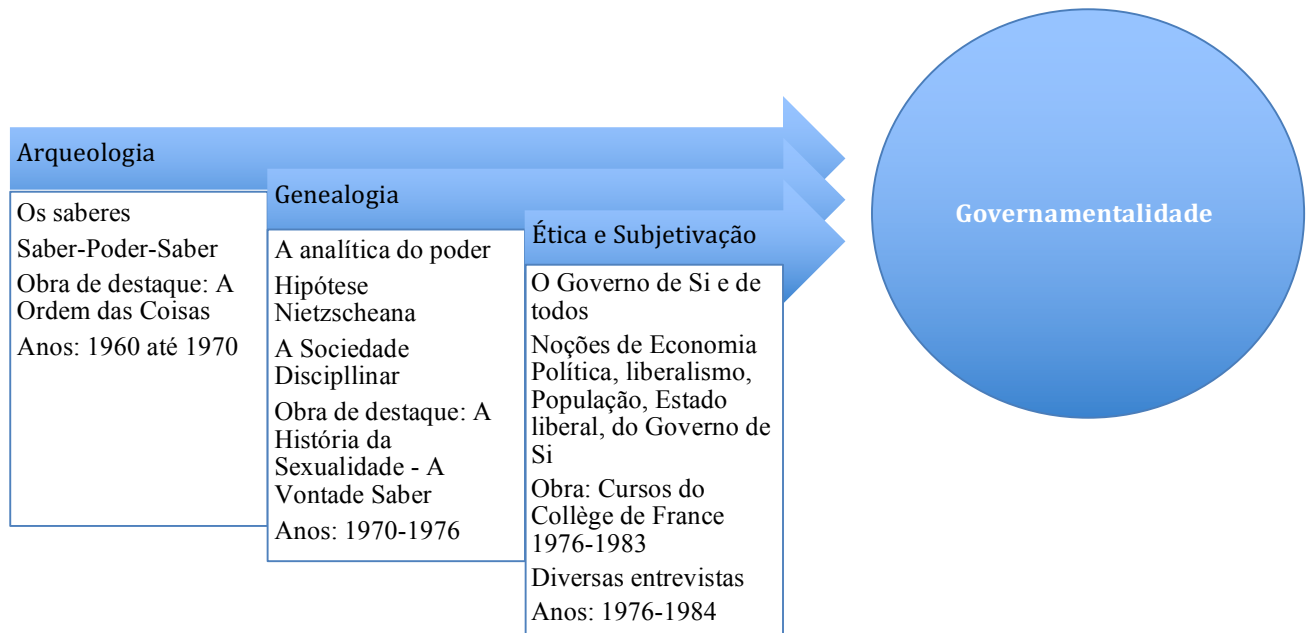
Para a propositiva posta em questão neste trabalho, cabe versar sobre as noções constituídas na Genealogia do filósofo. Sendo assim, a partir dos estudos sobre os discursos e a incorporação do saber na sociedade, Foucault percebeu que o saber se constituía como poder e vice-versa, contudo, diante das análises de poder realizadas por outras personalidades, até então, não existindo um pensamento que cuidasse sobre o poder de forma alternativa, lembra Pasquino (1993) que a análise de poder diante das disciplinas não era o bastante, o que caracterizou para Foucault ampliar e aprofundar suas investigações em relação à regulação e ao ordenamento da sociedade.

De acordo com Martins (2012), o poder não se explica simplesmente pela troca e circulação dos bens, o que significaria submeter os indivíduos unicamente ao contrato social, ao direito originário, através de uma teoria jurídica clássica, ou, por outro lado, submeter os indivíduos à teoria social marxista, em que o poder é um instrumento que existe em classes sociais para reproduzir e manter-se em posição hegemônica. O poder, no caso, iria além, e a insuficiência de análise apresentada até então pelos cientistas sociais e os filósofos, o levou a crer que o que existe em relação ao poder é uma forma de governo, uma mentalidade, uma arte de governo que leva em consideração o Estado e uma complexidade de outras instituições e a própria população. McGovern e Mottiar (1997) relatam que os estudos de Foucault não providenciam soluções para problemas de soberania ou buscam construir uma teoria do poder. Os estudos de Foucault repensam a forma de olhar para o que constitui o poder e, para isso, buscam nas próprias relações dos indivíduos, em detalhes antes não coletados e analisados, as indicações de que a realidade, o poder, foi construído historicamente, inclusive pelo próprio jogo do poder.

De forma resumida, ao final da década de 1970, defendeu-se que os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança compõem o arcabouço em que o poder é exercido. Esses mecanismos e dispositivos são um conjunto de técnicas que evidenciam o governo dos indivíduos, de acordo com o que cada um inflige no seu próximo e no que inflige a si mesmo, através de uma espécie de auto-controle (HINDESS, 1996).

As problematizações das obras do autor são esquematizadas através da Figura 1, cujos eixos principais das problematizações, característica principal da sua análise, juntamente com os assuntos e com as obras que mais se destacaram no período. A governamentalidade, então, absorve todo o conteúdo produzido por Michel Foucault ao longo da sua carreira até o seu falecimento prematuro em 1984.

Figura 1 – Cronologia dos Estudos Foucaultianos



Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, são os mecanismos disciplinares e de segurança que contribuem largamente para a história da governamentalidade. Essa história seria, na sua concepção, adequada para compreender de que forma as pessoas estavam onde estavam e faziam o que faziam. Em detalhes, essa história percorre cinco domínios distintos, sendo eles: o pastorado antigo, o pastorado cristão, a razão de Estado e de polícia, a emergência do liberalismo no século XVIII e o pensamento neoliberal que predominou no pós-guerra. Razoavelmente, o conjunto de aulas-pesquisas “Segurança, Território e População” (1977-1978) é proposto como forma principal de estudo por conjecturar todas as principais noções acerca da constituição da arte de governar (governamentalidade).

3.1 A ARTE DE GOVERNO OU GOVERNAMENTALIDADE

Pode-se definir a governamentalidade como o conjunto de procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas de dominação e de governo de si construídas e modificadas continuamente, realizadas por instituições ou por cada um dos indivíduos, que visam, através da população, a manutenção do poder (FOUCAULT, 2008).

O esquema de análise proposto possibilitava a existência da liberdade e da resistência do indivíduo e da população como formas de poder e de se investir o poder; uma perspectiva que contasse a história das instituições políticas de forma alternativa. É importante relembrar que antes mesmo da influência da economia política, algumas épocas marcaram específicos modos de governo, como a mentalidade de governo do soberano e do pastorado cristão. Após

certas necessidades, o modo de operar o governo dos homens se institucionalizou em instituições como o Estado.

A História da Governamentalidade existe como três propósitos: (1) indicar que a razão governamental não acontece apenas sob a instituição estatal, e para isso demonstrando que nasce através de outros momentos históricos, (2) para deixar claro que, diante da instituição estatal, novas ações e procedimentos compõem um conjunto maior de tecnologia, a tecnologia de segurança e, em termos contemporâneos, (3) que essas tecnologias também são construídos pelos indivíduos, laços mais fracos e menos densos, na sociedade. Portanto, a arte de governar tanto acontece através da alta cúpula, como através da população em geral.

Resumidamente, tem-se que a razão do governo do liberalismo, do utilitarismo, da economia política do Séc. XVIII constrói a necessidade de uma gestão da população, ou seja, da existência de instrumentos e de dispositivos que deverão ser acoplados, mais tarde, nos estudos sobre a Biopolítica. O poder do discurso, discurso esse realizado para conduzir os indivíduos e para se conduzirem e conduzirem o Estado (na forma contemporânea), as práticas desses discursos, o pôr-em-prática - muitas vezes o que ninguém percebe, o que ninguém viu - é o que está em jogo e dará como resultado todo o emaranhado das relações assimétricas de força do mundo que se conhece.

Os termos fundamentais foram listados em um quadro (Quadro 1) e analogamente dispostos diante do construto teórico sobre redes interorganizacionais.

3.1.1 ANALOGIAS E VARIÁVEIS SOBRE O CAMPO EMPÍRICO PROPOSTO

A partir de um texto de discussão que traça um nexos preliminar entre os construtos teóricos já apresentados (MCGOVERN; MOTTIAR, 1997; LACERTA *et al.*, 2015) e da leitura de “Segurança, Território e População” (FOUCAULT, 2008), pode-se lançar aos Estudos Organizacionais e, em específico, às abordagens de redes interorganizacionais, um conjunto de termos que proporcionam uma terminologia analógica-hipotética (Quadro 1) sobre a cooperação e a governança de redes interorganizacionais.

Os termos são importantes, pois evidenciam a possibilidade do novo verbete ampliar a capacidade da observação dos discursos e das práticas organizacionais e das análises e discussões de futuros trabalhos.

Quadro 1 – Termos Análogos-Hipotéticos Sobre o Campo Empírico

Analítica Foucaultiana	Descrição	Analogia com o Campo
Alimento	O trigo, no sentido literal de alimento.	O objetivo de alcançar o desenvolvimento socioeconômico da região
Arte do tecelão ou do homem político	A arte de tecer dois fios em uma só trama. Adiante, leva à analogia com o ente político, em que esse classifica e liga elementos, que são opostos, numa classificação comum que se compartilha.	APIL como instituição intermediadora que une âmbitos público (Estado) e privado (empresários)
Problema da cidade	Um conjunto de elementos, como as ruas, os recursos materiais, a população e toda uma arquitetura para fazer permitir a filosofia da liberdade do ir e vir. Todos os outros problemas estudados perfazem o espaço da cidade, do espaço que se vai administrar.	Problema do Espaço colaborativo com as políticas públicas e todos os mecanismos adjacentes

Problema da escassez alimentar	Fenômeno enfrentado pela organização mercantilista através de um conjunto de técnicas disciplinares e de segurança econômicas que equilibravam os preços, a distribuição, a compra e venda e a disponibilização do trigo à época.	Problema da falta de comunicação, da falta de investimentos e todas as problematizações possíveis adjacentes
Estatística	A disciplina de apontar e contar os casos de determinado assunto a que se defronta. Significa uma questão do agir preventivamente e se revela sob a forma de identificar o maior número de casos, de ocorrência e classificá-los de forma a obter as informações das demandas ou para compor uma espécie de conhecimento para administrar, para prover.	P.ex., as técnicas que avaliam o mercado ou o recrutamento e o desligamento dos atores do APIL
Panóptico	Arquitetura que fazia prevalecer o olhar do soberano perante os súditos, perante os presos. A torre central submete todos os enjaulados à vigilância exaustiva das suas atividades.	A estrutura de comunicação do espaço colaborativo
Paradoxo do pastor	A existência de um paradoxo no discurso do pastor, quando no planejamento de levar todas as ovelhas ao alimento e a sacrificar-se pelo rebanho, essas duas formas ficam impossibilitadas, pois o pastor não poderia se descuidar de alguma dessas ovelhas e nem mesmo o rebanho pode ficar sem um pastor.	Paradoxo da coopetição
Pastor	Líder capaz de mostrar o caminho para o alimento, para o sustento, para a vida.	Líder da gestão do espaço colaborativo
Pastorado	Relação entre um soberano, no caso, rei dos Céus capaz de tudo ver, de tudo tocar, de tudo orientar. Relação entre Deus e os homens.	Relação entre líder e demais atores do setor
População	Significa os casos que podem ser apontados e contados, que se tornam possível contabilizar, escriturar e dividir em grupos por interesse de um gestor da época. O povo, desconhecido, totalmente submisso à vontade de um rei, agora torna-se população. É num pensamento liberal que se insere um controle menos disciplinar e mais de asseguramento e orientação.	Componentes do APIL

Fonte: Elaborado pelo autor.

De fato, algo que merece bastante atenção é que se está, a partir desse momento, tratando sobre problematizações. Defende-se que essas problematizações podem contribuir para a compreensão do conjunto das técnicas e instrumentos relativos aos mecanismos de governo, bem como a multiplicidade de fenômenos que os constituem.

A exemplo do problema da cidade, tem-se que Foucault (2008) começa invocando o que denomina de metáfora arquitetônica. O discurso de Alexandre LeMaître em *La Métropolitée*, do ano de 1682, apresenta os 3 sustentáculos que edificaria um país, um Estado: os camponeses, os artesãos e os oficiais e soberano. Esse país deve ter uma relação geométrica e ser constituído, então, por uma cidade-metrópole que esteja localizada bem no centro geométrico do espaço. Essa, por sua vez, serve de relação estética e simbólica, um ornamento do território, onde se partem todas as influências possíveis, as academias, as leis,

os decretos, do luxo de bens, da distribuição e da redistribuição de materiais produzidos, enfim, a capital deve ser o centro desse universo que conspira a favor do restante da engrenagem, sempre a partir do soberano. Eis aí algo importante e que marca o momento da analítica do poder: pensar a cidade como esquema de soberania. Da cidade como ponto fundamental do poder soberano, de um espaço qualquer para um momento em que se vai reter ao espaço determinadas funções, ditas urbanas, econômicas, morais, administrativas, entre outras. Ser um bom soberano significa realizar uma boa disposição das coisas no território pretendido, pois é dessa boa disposição que se deve a obediência ao soberano. Em relação às redes interorganizacionais, quais as metáforas e as ruas ou as técnicas utilizadas para a construção e desconstrução de um espaço de trocas entre organizações? Quais as vias que a informação percorre, a partir da liberdade de cada um e suas espontaneidades?

A exemplo da escassez dos alimentos, Foucault também denomina esse problema como "raridade de gêneros" (2008, p. 40), como um acontecimento. A raridade de gêneros ocorre desde que se tenha um produto - salienta-se o contexto do mercantilismo - e que esse passe por um processo de escassez, de raridade no mercado. Essa quantidade de cereais que não dá para todos de uma população gera uma série de efeitos que, se não houver uma técnica que acompanhe a área de produção de alimentos, todo o mecanismo econômico pode vir a acentuar a escassez, pelo simples fato do aumento de preços, desde que haja mais escassez e manutenção dessa escassez por quem pode estocar os produtos - os produtores. De todo modo, o governo francês do Séc. XVII e XVIII quer vencê-la e constrói uma série de medidas, série de técnicas, jurídicas e disciplinares, para preveni-la. Para as redes, quais as áreas desse espaço de cooperação que sofrem intempéries e escassez de recursos?

Num último exemplo, tomando os questionamentos sobre o dilema ou paradoxo da época do pastorado em Foucault e com o conceito e definição de Bengtsson e Kock (2000), Tsai (2002) e Raza-Ullah, Bengtsson e Kock (2014) acerca do paradoxo da cooperação, algumas problematizações, técnicas e mecanismos podem urgir como mantenedores e alternativas para explicar a coexistência da cooperação e da competição.

É a partir dessas problematizações, que essa analítica age providenciando um novo espectro de linguagem aos estudos organizacionais.

Após a apresentação em síntese dos termos-chave para fundamentar uma pesquisa de campo, é possível construir as variáveis e possíveis questionamentos que se coadunam com essa referência analítica (Quadro 2) acerca da governamentalidade mantenedora da cooperação. Em outras palavras, essas variáveis podem ser importantes para caracterizar os mecanismos de governo existentes na rede ou no APIL a ser estudado.

Quadro 2 – Variáveis foucaultianas para análise do Objeto de Estudo

Temas (Variáveis Centrais)	Sub-temas (Variáveis Secundárias/Tangenciais)	Perguntas
Panorama do Poder	"População"	O que esse espaço representa para você?
		Todo mundo é capaz de tomar decisões?
		Qual o significado de cooperação, de fazer as empresas cooperarem?
		Qual a missão da Entidade para com o APIL?
	Relações de Forças múltiplas, móveis e instáveis	Como é promovida a cooperação?

		Como se deu a origem da Entidade/Instituição/Empresa?
		Como você se relaciona com os outros atores?
		Como você toma as decisões?
		Qual a importância Entidade/Instituição/Empresa para o APIL?
Mecanismo de Governo	Dispositivos Disciplinares	Quais são os instrumentos de controle/governo empregados?
		Quais os impactos dos instrumentos de controle?
		Quais são os resultados esperados da Rede?
		Os resultados foram e são alcançados?
		Como você se vê no APIL?
		Como você vê os outros?
		Como as decisões são tomadas?
		Como se sabe que as decisões foram implementadas?
		Como você recebe as decisões vindo de outros integrantes?
		Como se mantém esse espaço?
		Quais ações são necessárias para mantê-lo?
		Você se considera apto para participar do APIL?
		Quais são as estratégias e as ações que se desenvolvem na Rede?
		Dispositivos de Segurança
	Como se faz com que todos consigam cooperar?	
	Por que se atribui importância ao APIL?	
	Como isso é endossado pelos atores?	
	De que forma as estratégias e ações são implementadas?	
	Como a Entidade (Governamental) promove o APIL?	
	Por que é importante atuar em rede?	
	Você toma decisões? Como os demais atores recebem as decisões?	
	Você toma decisões?	
	Como suas decisões são recebidas pelos outros integrantes?	
Como se lida com as diferenças entre cooperação e competição?		

	Os efeitos	Como você enxerga os instrumentos de controle/governo?
		Como você recebe a decisão dos outros?
		O que você acha que poderia melhorar?

Fonte: Elaborado pelo autor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propõe instigar futuras pesquisas empíricas para que possam contribuir para a confirmação da articulação entre os dois construtos teóricos em questão e que ampliem as amarrações conceituais abordadas, para que finalmente se consolide essa visão e esse tipo de análise de mecanismos disciplinares e de segurança. De certa forma, a analítica proposta inspira liberdade para observar e enxergar o entrelaçamento de fenômenos que constroem e mantêm a cooperação para esse tipo de rede e para outras, de certa forma mais simples.

O nível pormenorizado dos inúmeros fenômenos interorganizacionais, poderia levar a crer e a se compreender o por que de, mesmo diante das assíduas e excelentes pesquisas sobre estratégia organizacional e de governança em redes, ainda se estar distante dos determinantes ou fatores críticos de sucesso da cooperação. Este artigo, é antes uma tentativa de construir uma compreensão sobre os fenômenos de cooperação para além-da-estrutura, que determinar pontos estruturais obrigatórios de passagem para a formação de redes interorganizacionais.

Fica posto que os mecanismos de controle ou de governo, são mecanismos atuantes na esfera pública e privada, próprias da complexidade do construto de APILs, com todos os seus dispositivos que potencialmente disciplinam e asseguram a construção dos laços entre indivíduos e empresas em ambos âmbitos e que, amplamente, numa macroanálise, corroboram para a cooperação, ou melhor, o entrelaçamento social do todo.

Epistemologicamente, a presente analítica se apresenta como objetivista-subjetivista, pois, conforme Cunliffe (2011), um estudo objetivista-subjetivista é aquele que acompanha uma espécie de interposição entre diferentes características tanto do objetivismo, quanto do subjetivismo. O objetivismo compõe características tais que é possível construir uma realidade a partir do que é concreto, de forma a coletar dados empíricos que determinam uma realidade, e, por outro lado, os estudos subjetivistas se concentrariam numa dialética entre pesquisador e entrevistado, podendo construir a realidade através de inferências mais aprofundadas por parte do pesquisador, de acordo com o local e do momento da pesquisa. Salienta-se que, a partir de Costa e Vergara (2012), os futuros trabalhos sob o arcabouço analítico foucaultiano proposto, tratem com afincos as questões epistemológicas, pois é importante situar o decorrer das pesquisas e o leitor das diversas possibilidades de interpretação desses estudos na ceara dos estudos organizacionais.

O cerne em questão está quando se compreende os constantes esforços para que a sociedade como um todo possa participar livremente do crescimento empresarial e econômico da região. Esse espírito de mercado, constituído desde o Séc. XVIII, é que serve como força motriz para toda uma história do governo das organizações, desde sua época clássica pré-industrial até o capitalismo flexível encontrado na contemporaneidade. Dessa forma, é muito provável que ao decorrer do trabalho, além de descrições de pontos críticos de sucesso ou técnicas consolidadas, se possa compreender que a economia, o mercado, a concorrência se dão de forma ininterrupta e que são o emaranhado dessas técnicas de sobrevivência empresarial que, incapazes de serem totalmente previstas no que tange ao futuro, são as que constroem ininterruptamente novos espíritos ou épocas do capital.

Notas

¹ Fundada em 1997 e sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, propõe projetos e realiza pesquisas em conjunto com diversas entidades não-governamentais, instituições públicas e empresas privadas nacionais e internacionais sobre sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais, aglomerações produtivas, desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R. **Michel Foucault, poder e análise das organizações**. 2002, 197 f. EAESP/FGV. Dissertação (Mestrado em Administração), São Paulo, 2002.
- ALCADIPANI, R.; TONELLI, M. J. Governamentalidade e a teoria das organizações. In: Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 28., Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2004.
- BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. **Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- BARQUERO, M.; BARQUERO, R. Capital Social e Empoderamento no Desenvolvimento Social: Um Estudo com Jovens. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 1, p. 47-64, jan./jun. 2007.
- BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. “Rio da Vida Coletivo”: empoderamento, emancipação e práxis. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 111-130, jan./fev. 2013.
- BENGTSSON, M.; KOCK, S. Cooperate and compete simultaneously. **Industrial Marketing Management**, v. 29, p. 411-426, 2000.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. Martins Fontes: São Paulo, 2009.
- BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. **The Foucault effect: studies in governmentality**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. **Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento**. vol. 2. Experiências de políticas. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.
- COSTA, A. S. M. C.; VERGARA, S. C. Estruturalista, pós-estruturalista ou pós-moderno? Apropriações do pensamento de Michel Foucault por pesquisadores na área de administração no Brasil. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 13, p. 70-89, 2012.
- CUNLIFFE, A. L. Crafting qualitative research: Morgan and Smircich 30 years on. **Organizational Research Methods**, v. 14, n. 4, 2011.
- DEAN, M. **Governmentality: power and rule in modern society**. London: Sage Publications, 2010.
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: beyond structuralism and hermeneutics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.
- EBERS, M.; JARILLO, J. C. The construction, forms and consequences of industry networks. **International Studies of Management & Organization**, v. 27, n. 4, p. 3-21, 1997.

- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firm networks: antecedents, mechanisms and forms. **Organization Studies**, v. 16, n. 2, p. 183-214, 1995.
- HINDESS, B. **Discourses of Power**. Oxford: Blackwell, 1996.
- HUMAN, S. E.; PROVAN, K. G. An emergent theory of structure and outcomes in small-firm strategic manufacturing networks. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 2, p. 368-403, 1997.
- INKPEN, A. C.; TSANG, E. W. K. Social capital, networks, and knowledge transfer. **Academy of Management Review**, v. 30, n. 1, p. 146-165, 2005.
- JONES, C.; HESTERLY, W. S.; BORGATTI, S. P. A general theory of network governance: exchange conditions and social mechanisms. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 911-945, 1997.
- LACERDA, C. C. O.; SOUZA, S. M. A.; CARVALHO, M. M. L. A.; PORTELA, D. L. M.; SILVA, K. M. P. Relações de poder, saber e subjetividades em redes interorganizacionais: reflexão a luz do pós-estruturalismo foucaultiano. In: Seminários em Administração, 18., São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2004.
- MACHADO, R. (Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- MARTINS, L. A. M. **Governamentalidade neoliberal, risco e subjetivação**. 2012. 142 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2012.
- McGOVERN, S.; MOTTIAR, Z. Co-operative competition: a Foucauldian perspective. **DCU Business School Research Paper Series**, Dublin City University Business School n. 20, Ireland, 1997.
- MOTTA, F. C. P.; ALCADIPANI, R. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. **RAUSP**, São Paulo, v. 39, n. 2, abr./maio/jun. 2004
- OLIVER, C. Determinants of interorganizational relationships: integration and future directions. **Academy of Management Review**, v. 15, n. 2, p. 241-265, 1990.
- PAULA, A.P.P. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thompsom, 2008.
- PENG, T. A.; PIKE, S.; YANG, J. C.; ROOS, G. Is cooperation with competitors a good idea? An example in Practice. **British Journal of Management**, v. 23, p. 532-560, 2012.
- PEREIRA, R. D.; OLIVEIRA, J. L.; CARRIERI, A. P. O poder, a analítica foucaultiana e possíveis (des)caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 10, n. 3, p. 623-652, set./dez., 2012
- RAZA-ULLAH, T.; BENGTSSON, M.; KOCK, S. The cooperation paradox and tension in cooperation at multiple levels. **Industrial Marketing Management**, v. 43, n. 2, p. 189-198, 2014.
- SUH, D. Leadership effectiveness and interorganizational solidarity formation. In: COY, P. G (Org.). **Consensus decision making, northern ireland and indigenous movements**. Ireland: Elsevier Science, 2003.
- TSAI, W. Social Structure of “coopetition” within a multiunit organization: coordination, competition, and intraorganizational knowledge sharing. **Organization Science**, v. 13, n. 2, p. 179-190, mar./abr. 2002.

VILLADSEN, K. Tecnologia versus ação: uma falsa oposição atribuída a Foucault nos estudos organizacionais. **Organização & Sociedade**, n. 71, p. 643-660, out./dez., 2014.

WILKINSON, A. Empowerment: theory and practice. **Personnel Review**, v. 27, n. 1, p. 40-56, 1998.